

**RE nos EDcl nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 352.947 - RJ
(2005/0111197-9)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : BANCO PACTUAL S/A E OUTRO
ADVOGADOS : ANTONIO CARLOS DANTAS RIBEIRO E OUTRO(S) -
DF007064
EDUARDO OBINO CIRNE LIMA - RJ059247
ALEXANDRE HERLIN - RJ097548
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO TRIBUTÁRIO.
IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. ANO-BASE 1990.
CORREÇÃO MONETÁRIA. **TEMA 298/STF**. ACÓRDÃO
RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O
ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM
REPERCUSSÃO GERAL. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por BANCO PACTUAL S.A. E DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Primeira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fls. ...):

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA JURÍDICA
- DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA - PERÍODOS DE 1989 E 1990 -
BTNF - ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STF.

1. Pacífico o entendimento de adoção do BTNF como fator de correção monetária nas demonstrações financeiras relativas aos períodos-base de 1989 e 1990.

2. Entendimento firmado em consonância com o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 201.465/MG.

Embargos de divergência provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fl. 508).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 519/531), sustenta a parte recorrente que "Ao assim se pronunciar, porém, o aludido órgão Colegiado olvidou-se que (i) à época da prolação da decisão monocrática que negou provimento ao Recurso Especial da Fazenda Nacional, o posicionamento esposado pelo Tribunal "a quo" encontrava-se em perfeita harmonia com a jurisprudência pacificada do STJ e (ii) o entendimento desta Corte Suprema ainda não se encontra pacificado a respeito da constitucionalidade ou não do artigo 3º, inciso I. da Lei n.º 8.200/91, tanto é que, recentemente, foi retomado o exame da matéria, por ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário n.º 201.512, conforme

divulgado no Informativo STF nº 434, de 01.08.2006, sendo ainda incerto o seu desfecho final.

Sustenta que está presente a repercussão geral da questão tratada e que o acórdão recorrido "contrariou o conceito de renda recepcionado pelo artigo 153, inciso III, da Constituição Federal, e admitiu a instituição indireta de empréstimo compulsório sem o atendimento dos requisitos previstos no artigo 148, também da Carta Política, implicará em indesejável subversão do ordenamento jurídico vigente (...)".

Assevera, ainda, que "Isto posto, diante das ofensas já apontadas, identifica-se com perfeição o esquema arquitetado pela União Federal para, mediante o ato normativo em comento, alcançar, sob o disfarce de imposto de renda, a própria fonte geradora desta renda, de forma a exauri-la, retirando do contribuinte a capacidade de se sustentar e prosseguir no negócio, de maneira confiscatória, o que lhe seria vedado por força do artigo 150, inciso IV, da Lei Maior."

Apresentadas as contrarrazões às fls. 540/552.

É o relatório.

Extrai-se dos autos que o recurso extraordinário ora em análise foi interposto contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça que decidiu que as demonstrações financeiras do ano-base de 1990 deverão ser atualizadas pelo BTNF, e não pelo IPC, sendo incabível o pretendido afastamento das limitações previstas no artigo 3º, inciso I, da Lei nº 8.200/91.

E, ao assim concluir, verifica-se que esta Corte Superior de Justiça decidiu em consonância com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 545.796/RJ, sob a sistemática da repercussão geral, em que se firmou a tese de que "É constitucional a sistemática estabelecida no artigo 3º, inciso I, da Lei 8.200/1991 para a compensação tributária decorrente da correção monetária das demonstrações financeiras de pessoas jurídicas no ano-base 1990". (Tema 298/STF).

Confira-se, a propósito, a ementa do julgado:

Recurso extraordinário. 2. Constitucional e tributário. 3. Controvérsia acerca do diferimento promovido pela Lei 8.200/1991 para compensação tributária decorrente de correção monetária das demonstrações financeiras das pessoas jurídicas do ano-base de 1990. 4. Correção monetária do balanço patrimonial. IPC e BTN. 5. Reafirmação da mesma tese fixada por esta Corte no julgamento do RE 201.512/MG, Rel. para o acórdão Min. Cármen Lúcia, DJe 11.4.2016, no sentido de reconhecer a constitucionalidade do 3º, I, da Lei 8.200/1991. 6. Recurso extraordinário a que se nega provimento.

(RE 545796, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 25/10/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-255 DIVULG 21-11-2019 PUBLIC 22-11-2019)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", segunda parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intime-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente